



ASSOCIATIVISMO

De forma a promover a formação integral do indivíduo e a união dos jovens em torno de um fim, devem ser criados processos de facilitação e desburocratização do trabalho associativo, criando gabinetes de apoio inseridos organicamente no IPDJ, que auxiliem na estabilidade e sustentabilidade da vida associativa e garantindo dessa forma o envolvimento dos jovens nos processos de participação cívica e democrática.

Cabe aos Governos garantir a sustentabilidade das Associações Juvenis e Estudantis através da disponibilização de todos os recursos financeiros e não financeiros necessários à execução das atividades previstas, criando adicionalmente processos de monitorização individual que avaliem o cumprimento das metas estabelecidas anteriormente, de forma a ter em esses fatores em conta na atribuição de apoios futuros.

EMPREGO

- O Estado deve ser responsável pela monitorização e fiscalização de todos os vínculos de trabalho temporário, nomeadamente os promovidos pelas empresas de outsourcing, bem como os recibos verdes, de forma a avaliar se de facto são necessidades pontuais. Deve igualmente dotar a ACT* de todos os meios necessários para a execução das responsabilidades que lhe são legalmente atribuídas.

- Cabe aos Governos fomentar uma política de remuneração digna e equitativa entre trabalhadores e trabalhadoras, desbloqueando a contratação coletiva e ajustando o salário mínimo ao custo de vida real da população e às necessidades do país, intervindo na garantia constitucionalmente prevista da sindicalização e que tantas vezes é utilizada para pressionar e assediar.

EDUCAÇÃO

- O estado deve aumentar o financiamento superior e da ação social escolar de modo a erradicar com as barreiras socioeconómicas e a consequente triagem social, respeitando assim um direito constitucionalmente consagrado, contribuindo para que a educação deixe de ser um luxo e passe a ser vista como um fator de emancipação social.



- No que concerne aos manuais escolares, embora valorizemos os avanços na gratuitidade destes (ainda que limitados), acreditamos que existe a necessidade de ir ainda mais longe neste campo.

- De forma a concretizar o ensino constitucionalmente consagrado, com elevada qualidade, universal e democrático, é imperioso que se reforce o financiamento na educação e se garanta a tendencial gratuitidade deste direito fundamental em todos os graus de ensino. A educação formal não deve estar desligada e deve reconhecer e validar as aprendizagens em contexto não-formal.

- O Estado deve fazer corresponder a oferta da rede das instituições de ensino superior às necessidades de investimento e desenvolvimento do País.

- De forma a garantir a qualidade do ensino nas escolas é necessário contratar corpo docente e não docente, capacitando-os para o exercício das suas funções, colmatando as necessidades atuais da rede escolar. Surge também a necessidade de reforço da profissionalização da carreira na área da investigação científica.

- Garantir, de forma transversal, a todos os graus de ensino a inclusão de conteúdos de cidadania ativa nas estruturas programáticas. Nesta linha de recomendação urge a necessidade de dar ferramentas á formação integral do indivíduo, tais como o domínio de uma língua estrangeira.

- Fomentar o apoio e orientação no percurso escolar e formativo do jovem, nomeadamente através dos gabinetes de vocação profissional.